

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO TRÂNSITO E SUAS PERSPECTIVAS FUTURAS

Ricardo Moretzont¹

A avaliação psicológica teve sua ênfase na década de 50 por ser muito utilizada na avaliação de motoristas. Desde essa época ela apresentou pouca evolução e, a apenas 5 anos um movimento no processo de avaliação psicológica para condutores direcionado para uma reflexão do que poderá ocorrer para daqui há mais 50 anos, começou a ser observado. Assim, pesquisas, trabalhos de conscientização durante a formação acadêmica, políticas públicas debates, fóruns e congressos, nos levam a acreditar que a complexidade do assunto oferece amplo campo de desenvolvimento. Nesse sentido esta mesa propõe debater questões relacionadas à Avaliação Psicológica no contexto do trânsito e também apresentar as novas perspectivas de atuação do psicólogo nessas áreas.

A RESPONSABILIDADE DO PSICÓLOGO DO TRÂNSITO NO CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO

Rita de Cássia Ferreira da Cunha²

No Código de Trânsito Brasileiro - CTB em seu § 2º do Art. 1º está explícito que “o Trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito”. Já na Política Nacional de Trânsito no item que trata da cidadania, da participação e a comunicação com a sociedade é clara quando menciona que “historicamente o trânsito tem sido tratado como questão policial e de comportamento individual dos usuários, carecendo de um tratamento no campo da engenharia, da administração do comportamento e da participação social”. Perante estes dois documentos, que regem o trânsito brasileiro, fica explícito a participação dos psicólogos do trânsito neste contexto, ou seja, o profissional da psicologia é parte integrante das entidades que compõem o SNT, sendo os responsáveis pela avaliação psicológica do candidato à habilitação, avaliando o comportamento individual, colocando apenas os aptos para a condução no trânsito, garantindo assim as condições seguras para o coletivo. A ética profissional do psicólogo do trânsito está diretamente relacionada com sua responsabilidade inquestionável no processo de habilitação de condutores, não havendo lugar para oportunistas nesta conjuntura. Houve uma evolução no processo de habilitação de condutores e nós temos que participar dele. Temos que fazer parte desse movimento de cidadania e inclusão social. Hoje já temos uma visão diferente da avaliação psicológica no trânsito que tem como seu principal instrumento de avaliação a entrevista inicial com o candidato e tendo os testes como complemento. Não podemos esquecer também a necessidade de pesquisas científicas no campo da psicologia como, por exemplo, para que seja levantado o perfil do motorista brasileiro e também sejam elaborados testes que sejam específicos para o condutor brasileiro. Com estas pesquisas teremos condições para a realização completa de exames diferenciados para as categorias

¹ Coordenador. Câmara Temática de Saúde do DENATRAN. Majolamounier@aol.com; rossanalamounier@yahoo.com.br.

² Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN/MC.

de motoristas. Mais que nunca precisamos de uma categoria unida esquecendo os interesses individuais e estaduais. O Brasil é um só e o condutor brasileiro deve ser tratado com respeito.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA JUNTA PSICOLÓGICA E OUTRAS POSSÍVEIS ATUAÇÕES

Cristina Armani Madeira³

De acordo com a resolução nº 80/98 do Código de Trânsito Brasileiro: “O candidato à habilitação ou condução veicular, julgado inapto no exame de avaliação psicológica a que estiver, poderá recorrer do resultado para os Conselhos Estaduais de Trânsito da Unidade da federação e do Distrito Federal, em única instância, na esfera administrativa”. “A avaliação psicológica em grau de revisão do inapto, será realizado por uma junta especial de saúde constituída por três psicólogos, sendo com especialidades vinculadas à causa determinante do recurso e atuante na área de trânsito”. Após o exame, quando o psicólogo concluir pela inaptidão do candidato, deverá informar ao mesmo a possibilidade de recurso junto ao CETRAN (sediado em POA). Nessa ocasião o candidato optará ou não pelo encaminhamento que será feito pelo psicólogo, através do preenchimento do requerimento específico (assinado pelo interessado) e remessa de Laudo esclarecedor sobre as conclusões do profissional a respeito da inaptidão do candidato. A junta começou a funcionar a partir de dezembro de 1999, com duas juntas de três psicólogas cada, atualmente é composta por uma junta com quatro psicólogas, que realizam avaliação psicológica em grau de recurso aos candidatos à carteira nacional de habilitação que foram considerados inaptos. A avaliação psicológica realizada e com base nos critérios estabelecida da resolução nº 80/98, vou citar alguns dos casos que são encaminhados: Alcoolismo, uso de algum tipo de substância psicoativas, retardo mental, problemas neurológicos (seqüela em função de cirurgias, AVC, tumor no cérebro, acidente....), nível de escolaridade baixo, depressão, esquizofrênicos(às vezes em surto), alzheimer , epilepsia e outros. Após avaliação é feita uma indicação de procurar atendimento, depois de um período retornam para nova avaliação psicológica, alguns casos apresentam melhora outros não. Outros trabalhos que poderiam ser desenvolvidos pelo psicólogo seria: reabilitação, acompanhamento com o profissional que estão atendendo de acordo com a indicação; aqueles pessoas que tem medo de dirigir ou que ficaram com algum trauma por terem sofrido acidente, motoristas infratores, motoristas profissionais e com empresas de transporte coletivo.

³ Conselho Estadual do Trânsito-CETRAN/RS.